

# O risco e a construção da notícia de economia<sup>1</sup>

Hérica Lene

Doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ e mestre em Comunicação pela UFF<sup>2</sup>

## Resumo

Partindo do pressuposto que risco é um conceito central na sociedade contemporânea, este artigo visa discutir justamente seu papel na construção da notícia de economia. Este propósito nos leva a uma questão central: como a preocupação com o risco movimentou e pauta o jornalismo econômico? A articulação entre o conceito de risco, o sistema econômico e a mídia se dará a partir de referências teóricas que vão ajudar a fundamentar e a desenvolver o texto – principalmente as reflexões de autores como Beck (1992), Luhmann (1993), Bernstein (1997), Vaz (1999) e Spink (2001; 2002) – e também de resultados de pesquisas feitas em edições dos dois jornais de maior circulação no país: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

**Palavras-chaves:** risco, economia, jornalismo econômico

## Introdução

A tentativa de administrar o risco é uma preocupação que ganhou novas proporções na pós-modernidade. Risco tornou-se um sintoma da cultura contemporânea e, no início deste século, podemos dizer que se intensificou principalmente no Ocidente, com o aumento de ataques terroristas nos Estados Unidos (EUA) e na Europa – processo que se acentua depois da queda e explosão das Torres Gêmeas em Nova Iorque, em 2001.

A instabilidade e a possibilidade de novos ataques terroristas assombram o governo norte-americano e também os de países europeus. Com o terrorismo, permanece o espectro de uma guerra “imaterial”, em que o ataque é invisível – vírus, venenos que podem estar em qualquer lugar ou em lugar nenhum (Zizek, 2004). Entramos numa nova era de guerra paranóica em que a principal tarefa será identificar o inimigo e suas armas.

E, nesse cenário, ocorre a reafirmação do papel excepcional dos EUA como a polícia do mundo (Zizek, 2004, p. 66). É a lógica do império, na qual a soberania teria tomado uma nova forma, composta por uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma só lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia é que o Hardt & Negri (2001) chamam de império.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo do VI Encontro do Núcleo de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Comunicação pela UFF e especialista em Estratégias de Comunicação Organizacional pela Faculdade Cândido Mendes de Vitória. E-mail: hericalene@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> O conceito de império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo império não tem limites. Esse conceito apresenta-se não como um regime histórico nascido da conquista, e sim como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente. Do ponto de vista do Império, é assim que as coisas serão hoje e sempre – e assim sempre deveriam ter sido. O Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História. E o poder de mando do Império funciona em todos os

O aumento do número de conflitos étnicos no mundo e sua relação com disputa de interesses econômicos geram instabilidade, e instabilidade está associada à incerteza, a risco. Nesse contexto, as discontinuidades, as irregularidades e a volatilidade parecem estar proliferando.

No mundo das finanças, novos instrumentos aparecem a um ritmo estonteante, novos mercados estão crescendo mais rapidamente do que os antigos e a interdependência global torna a administração do risco cada vez mais complexa (Bernstein, 1997). A insegurança econômica, sobretudo no mercado de trabalho, gera manchetes diárias em veículos de comunicação. O meio ambiente, a saúde, a segurança pessoal e o próprio planeta Terra parecem estar sob o ataque de inimigos nunca antes encontrados (*ibid.*).

Na sociedade atual, denominada sociedade de risco, sociedade complexa ou sociedade pós-moderna, a informação tem papel fundamental, diante os inúmeros meios que permitem ao cidadão o contato imediato com a notícia e com os acontecimentos, não mais em nível local, mas globalizado e de acesso imediato.

Dentro deste contexto, pretende-se discutir neste artigo a relação do risco com a construção da notícia, especificamente a econômica<sup>4</sup>. E este propósito nos remete a alguns questionamentos: como podemos definir risco? Quais são seus sentidos históricos? É possível administrá-lo? De que forma a preocupação com o risco movimenta e pauta o jornalismo econômico?

A articulação entre risco, sistema econômico e mídia se dará a partir de referências teóricas que vão ajudar a fundamentar e a desenvolver o texto – principalmente as reflexões de autores como Beck (1992), Luhmann (1993), Bernstein (1997), Vaz (1999) e Spink (2001; 2002) – e também de resultados de pesquisas feitas em edições dos dois jornais de maior circulação do país: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.<sup>5</sup>

Este artigo será desenvolvido a partir de três eixos de discussão: o conceito de risco e sua articulação com a questão do poder; abordagem do risco no sistema econômico e a mídia

---

registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social. Não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo que habita. Não apenas regula as interações humanas, como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto do seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder. Apesar de a prática do Império banhar-se continuamente em sangue, o conceito de Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da História (Hardt & Negri, 2001).

<sup>4</sup> A cobertura do campo econômico pelos meios de comunicação – o jornalismo econômico – é o objeto de estudo da pesquisa que estou desenvolvendo no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ sobre a imprensa no Brasil nas duas últimas décadas do século XX. O objetivo é compreender o processo de mudanças pelo qual passou o jornalismo nesse período e como contribuiu para a construção dos discursos em torno da nação que se reinventa na Nova República. Será analisado também o surgimento de “jornalistas-personalidades” na cobertura de economia.

<sup>5</sup> Os dois principais jornais de circulação nacional no país fazem parte do *corpus* da minha pesquisa no doutorado, formado pelas reportagens e por outros elementos (capas, editoriais e colunas) desses veículos de comunicação.

inserida nesse sistema; e, por último, análise do risco na construção da notícia de economia.

## **1. Risco e poder: da sociedade disciplinar à sociedade de risco**

O domínio do risco é a idéia revolucionária que define a fronteira entre os tempos modernos e o passado. Trata-se da noção de que o futuro é mais do que um capricho dos deuses e de que homens e mulheres não são passivos ante a natureza. Como nos mostra Bernstein (1997, p. 1), até os seres humanos descobrirem como transpor essa fronteira, o futuro era um espelho do passado ou o domínio obscuro de oráculos e adivinhos que detinham o monopólio sobre o conhecimento dos eventos previstos.

E como podemos definir risco? Quais são seus sentidos históricos? Partimos do pressuposto de que se trata de um conceito central na sociedade contemporânea. Buscar entender seus sentidos é uma tarefa que será desenvolvida aqui de forma sucinta, pois o debate atual sobre esse tema é complexo demais para ser abordado em sua totalidade neste texto. O sentido que lhe é dado está implicitamente vinculado ao contexto histórico em que os vários riscos se concretizam (Spink & Medrado & Mello, 2002).

Spink (2001), em um estudo sobre a etimologia da palavra risco, diz que ela emerge na pré-modernidade, ou seja, na transição entre a sociedade feudal e as novas formas de territorialidade que dariam origem aos Estados-nação.

Obviamente, a humanidade sempre enfrentou perigos diversos, sejam os riscos involuntários decorrentes de catástrofes naturais, terremotos, erupções vulcânicas, furacões, sejam aqueles associados às guerras, às vicissitudes da vida cotidiana ou ainda os voluntários, decorrentes do que chamaríamos hoje de "estilo de vida". Entretanto, esses eventos não eram denominados riscos. Eram referidos como perigos, fatalidades, *hazards* ou dificuldades, mesmo porque a palavra risco não estava disponível nos léxicos das línguas indo-européias (*ibid.*).

Esta palavra emerge no catalão no século XIV, nas línguas latinas no século XVI e nas anglo-saxônicas no século XVII. Há o consenso de que ela emerge para falar da possibilidade de ocorrência de eventos vindouros, em um momento histórico onde o futuro passava a ser pensado como passível de controle.

Após emergir como vocábulo na pré-modernidade, Spink (2001) ressalta que risco haveria de tornar-se um conceito fundamental na modernidade clássica. O processo de conceituação envolveu, de um lado, o lento desenvolvimento da teoria da probabilidade,

cuja história, que tem início no século XVII, é pontuada de heróis da matemática, incluindo aí Pascal, Fermat, Leibniz e De Moivre.<sup>6</sup> De outro lado, o conceito de risco envolve a sofisticação da estatística e seu uso como ciência do estado.<sup>7</sup>

E será apenas em meados do século XX que ocorre a progressiva formalização do conceito e aperfeiçoamento das técnicas de cálculo dos riscos. Spink (2001) explica que o campo interdisciplinar da *análise dos riscos* se inaugura, segundo alguns autores (Hood & Jones & Pigeon & Turner & Gibson, 1992; Renn, 1998), na década de 1950, no contexto dos riscos associados à energia nuclear. “Esse campo desde cedo englobou três áreas de especialidade: o cálculo dos riscos (*risk assessment*), a percepção dos riscos pelo público e a gestão dos riscos. Mais recentemente, a gestão dos riscos passou a englobar também a comunicação sobre riscos ao público” (Spink, 2001).<sup>8</sup>

Na contemporaneidade, os riscos têm se tornado progressivamente mais sistêmicos e globalizados. E isso aumenta a dificuldade de se calcular os riscos, cada vez mais imponderáveis.

A noção de risco, portanto, é própria da modernidade e está intimamente relacionada à incorporação cultural da noção de probabilidade. Mary Douglas (1992) considera que risco é a maneira moderna de avaliar o perigo em termos de probabilidade, num contexto de incerteza. A noção moderna de risco emerge, segundo ela, no século XVII no contexto dos jogos de azar. É incorporada, no século XVIII, no seguro marítimo e, no século XIX, na economia (Douglas, 1992).

Paulo Vaz (1999) explica que o conceito de risco é nômade, pois orienta múltiplas práticas e recebe conteúdos diversos segundo os diferentes campos de saber que suscita, como a ciência política, a economia, a medicina, o direito, a engenharia e a ecologia.

Em sua face positiva, este conceito, segundo ele, supõe que tenhamos roubado o futuro das mãos dos deuses, remetendo-nos ao planejamento e à possibilidade de aventurar-se

---

<sup>6</sup> Essa história é contada de forma coloquial por Peter Bernstein (1997), no livro *O Desafio aos Deuses*, e na linguagem social da Filosofia por Ian Hacking (1975), no livro *The Emergence of Probability*.

<sup>7</sup> Pasquino (1991), citado por Spink (2001), explica que a raiz de estatística é *status*, que em latim quer dizer estado ou condição. Em seu sentido inicial, a estatística era o ramo da ciência política que dizia respeito à coleção e classificação de fatos relevantes para a tarefa administrativa, e é nesse sentido que ela encontra uma primeira função no governo das populações na Ciência da Polícia dos estados alemães dos séculos XVIII e XIX.

<sup>8</sup> O *cálculo dos riscos* consiste na identificação dos efeitos adversos potenciais do fenômeno em análise, a estimativa de sua probabilidade e da magnitude de seus efeitos. Depende, portanto, de quantificação, expressa na abordagem hegemônica do *Quantitative Risk Assessment* (Hood et al., 1992). A *percepção dos riscos* volta-se à relação entre o público e os riscos tecnológicos, estando associada, portanto, ao estudo da aceitação de determinadas tecnologias, como vem acontecendo com as diversas aplicações modernas da engenharia genética. Volta-se também à perspectiva do controle preventivo dos riscos, buscando, por meio da educação, influir nos comportamentos deletérios para a saúde do corpo e do meio ambiente. A *gestão dos riscos* compreende quatro estratégias integradas: os seguros, as leis de responsabilização por danos, a intervenção governamental direta e a auto-regulação. Progressivamente, passou a incorporar também a *comunicação sobre riscos*, na medida em que a participação pública, quer na aceitação quer no autocontrole, passou a ser elemento imprescindível do controle social dos riscos (Spink, 2001).

cientificamente, isto é, com segurança e controle no uso de tecnologias bastante complexas. “Sua outra face, porém, é a advertência constante sobre as conseqüências de nossos atos” (Vaz, 1999).

O conceito de risco tem sido tratado pelas Ciências Sociais a partir de diferentes perspectivas. Dentre elas, destaca-se a formulação de Ulrich Beck que, no final dos anos 1980, propôs o risco como uma noção central para a compreensão da sociedade em que vivemos, cunhando a expressão “Sociedade do risco” (Beck, 1992).

No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco, para Beck, designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial (Chevitarese & Pedro, 2005).

Sua proposição baseia-se no diagnóstico de que as instituições que caracterizavam a modernidade – entendida por ele como uma sociedade eminentemente industrial – confrontam-se com os limites de seu próprio modelo, a partir dos avanços no processo de industrialização, que se fez acompanhar de uma crescente tecnologização.

A literatura sobre risco sugere que a sociedade de risco, ou modernidade reflexiva, inaugura novas possibilidades de significação do risco. O princípio central da sociedade industrial, segundo Beck, era a distribuição dos bens. Já a sociedade de risco teria como questão central a distribuição dos males ou dos perigos.

Spink (2002) afirma que vários autores (Beck, 1992 e 1998; Giddens, 1998) ponderam que esses riscos não estão mais limitados temporalmente (na medida em que futuras gerações podem ser afetadas) e nem espacialmente, pois muitas vezes extrapolam as fronteiras nacionais. A reflexão necessária deixa, portanto, de estar circunscrita a grupos e localidades, tendendo à globalização na medida em que os riscos modernos (ou a consciência desses riscos) revelam ameaças irreversíveis à vida das plantas, dos animais e dos seres humanos desta e de futuras gerações.

A sociedade de risco (ou modernidade tardia para alguns) precede a sociedade disciplinar ou de controle. Isso implica entender como passamos do foco na gestão da vida para o foco na gestão do risco.

### **1.1 Gestão e natureza dos riscos**

Para Foucault (1987), o crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, processos de submissão das forças e

dos corpos e “anatomia política” podem ser postos em funcionamento através de regime políticos, aparelhos ou instituições muito diversas.

O que estava em pauta na *sociedade disciplinar*<sup>9</sup> era a gestão da vida que englobou duas estratégias. Uma, desenvolvida a partir do século XVII, centrou-se no corpo-máquina constituindo os *dispositivos disciplinares*. A outra, um pouco mais tardia, desenvolveu-se por volta de meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie e englobou as técnicas de governo das populações. É no âmbito dessas técnicas que se constituirão os *biopoderes* essenciais para a moderna gestão dos riscos (Foucault, 1977).

O *poder disciplinar*, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, tinha por objetivo o controle dos corpos, tornando-os dóceis e fortalecidos para o trabalho produtivo. Ancorava-se duplamente na organização da massa indiferenciada mediante sistemas classificatórios e nas estratégias de vigilância continuada. O principal mecanismo classificatório nesse tipo de gestão era a norma, e mais precisamente a definida a partir das distribuições de frequência. Dessa forma, essa organização era perpassada pela noção do "homem médio", introduzida por Lambert Adolphe Jacques Quetelet e aperfeiçoada por Francis Galton (Bernstein, 1997).

Também a vigilância dependia de dois mecanismos. De um lado, apoiava-se nas "disciplinas", saberes específicos constituídos e constituidores das instituições de vigilância: a escola, a prisão, por exemplo. De outro lado, para que essas ordenações fossem internalizadas, a vigilância dependia de um regime disciplinar exercido no espaço privado dos lares e das subjetividades: a higiene.

Já os *biopoderes* voltam-se ao governo do corpo-espécie e têm por objetivo a segurança, estratégia de governo que implica o aperfeiçoamento e uso da informação. É importante, nessa perspectiva, entender os riscos e seus correlatos. É obviamente nessa vertente que se ancoram as modernas estratégias de gestão dos riscos.

---

<sup>9</sup> Foucault desenvolveu o argumento de que as sociedades do mundo antigo e do *ancien régime* eram sociedades de espetáculo: o exercício do poder estava ligado à manifestação pública de força e superioridade do soberano. Era um regime de poder no qual uns poucos se tornavam visíveis a muitos, e no qual a visibilidade de poucos era usada como meio de exercer o poder sobre muitos – de tal maneira, por exemplo, que a execução pública numa praça de mercado se tornava um espetáculo no qual o poder soberano se vingava, reafirmando a glória do rei através da destruição de um súdito rebelde. Mas a partir do século XVI em diante, a manifestação espetacular de poder cedeu lugar a novas formas de disciplina e controle que foram se infiltrando nas diferentes esferas da vida. O exército, a escola, a prisão, o hospital: estas e outras instituições empregaram de forma crescente os mecanismos mais sutis de poder baseados no treinamento, na disciplina, na observação e no registro. A propagação destes mecanismos gradualmente fez surgir um novo tipo de “sociedade disciplinar” em que a visibilidade de poucos diante de muitos foi substituída pela visibilidade de muitos diante de poucos, e na qual a manifestação espetacular do poder soberano foi substituída pelo poder do olhar.

A sociedade disciplinar teve seu ápice no início do século XX. Em meados dele, porém, ela entra em crise, que nos anos 1990 se completa. Vaz (1999) coloca que mudaram as técnicas de poder, o sentido da vida que nossa cultura nos propõe e o sujeito:

Por estarmos no seu início, por ainda assistirmos a instalação de uma nova forma social, é difícil precisar seus contornos. A exposição só pode ser comparativa e estratégica; apreender o fim da forma disciplinar pela relativa pacificação no que antes, nos comportamentos humanos, inquietava e o aparecimento de novos objetos de preocupação social

Assim, como Foucault pensa a modernidade clássica, é preciso voltar a Beck e avançar um pouco mais em seu projeto de modernidade tardia que implica a gestão dos riscos (e não mais a gestão da vida) para entender os deslocamentos ocorridos mais recentemente. Ele introduz o conceito de *sociedade de risco* para referir-se a esses deslocamentos, que incluem três características: a globalização, a individualização e a reflexividade.<sup>10</sup>

Não que as estratégias de governo anteriores – a soberania e a disciplina – não continuem a vingar. Foucault bem nos adverte. Mas há deslocamentos importantes que fazem com que as novas modalidades de biopoderes se tornem as principais estratégias de gestão. O que muda? Diríamos que mudam a natureza dos riscos, os mecanismos de gestão das populações e as estratégias de gestão no nível das pessoas.

Quanto à *natureza dos riscos*, Beck e outros sociólogos (entre eles Giddens, 1998) falam de sociedade de risco para pontuar a complexidade dos riscos modernos, que se refere à natureza dos riscos enfatizando a presença crescente dos riscos manufaturados, produtos dos desenvolvimentos da ciência e tecnologia e à progressiva tendência à desterritorialização e globalização desses riscos. Emerge daí uma nova sensibilidade: a percepção crescente de que os riscos são sistêmicos, acompanhada da consciência da imponderabilidade dos riscos e da necessidade de mecanismos igualmente complexos de gestão do imponderável.

Sobre essa questão, Vaz (1999) acrescenta que atualmente experimentamos a formação de uma sociedade de controle ou da fragilidade. Se uma sociedade se define pelos valores que

---

<sup>10</sup> Spink (2001) explica os três termos à luz da teoria de Beck: 1) a *globalização* se refere à interseção de ausência e presença ou ao entrelaçamento de relações e eventos sociais que estão distantes dos contextos locais; trata-se do processo de separação das relações entre tempo e espaço que tem como conseqüências a desterritorialização; essa articulação de relações sociais que atravessam vastas fronteiras de tempo e espaço torna-se possível porque o movimento de pessoas, de produtos e de informação passou a ser facilitado pelos avanços nos meios de transporte e com os desenvolvimentos na mídia eletrônica; 2) a *individualização* não se trata mais da identificação do singular na massa, fato que decorre dos processos classificatórios da sociedade disciplinar, mas da singularização por meio da destradicionalização; Beck se refere, com esse termo, às transformações que vêm ocorrendo nas instituições tradicionais – família, trabalho e educação – que fazem com que as biografias tornem-se projetos reflexivos e, como tal, processos centrais na constituição da subjetividade contemporânea; e 3) a *reflexividade* refere-se à suscetibilidade à revisão crônica da maior parte dos aspectos da atividade social e das relações com a natureza, à luz de novas informações, processo esse que perpassa nossa vida cotidiana, pensada como esfera privada, o projeto da ciência e a própria atividade de governo.

propõe como positivos e se estes emergem por negação da negação, a passagem da disciplina ao controle é segundo ele, também a passagem da norma ao risco como conceito primário a partir do qual se pensa a relação dos indivíduos consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

## **2. Risco, sistema econômico e mídia**

Atualmente, como vimos, risco é recorrente em uma ampla variedade de pesquisas em diferentes disciplinas científicas. Mas como o objetivo deste artigo é articular a discussão do risco com a construção da notícia de economia, será necessário refletir sobre o conceito dentro de uma perspectiva mais voltada para o campo econômico.

O risco na economia é, em certa medida, precisamente um problema econômico-monetário. E risco depende em particular de todas as possibilidades de se restringir o domínio de conseqüências a serem consideradas numa equação de custo/benefício (Luhmann, 1993).

Como um termo econômico, risco é uma situação em que, partindo-se de determinado conjunto de ações, vários resultados são possíveis e as probabilidades de cada um acontecer são conhecidas. Quando tais probabilidades são desconhecidas, a situação denomina-se incerteza (e no ramo de finanças e investimentos a incerteza influencia todas as decisões). Em sentido mais concreto, é a condição de um investidor de perder ou ganhar dinheiro (Sandroni, 2005). Em termos históricos, a análise científica do risco tem início no século XVII, em pleno Renascimento.<sup>11</sup>

A capacidade de administrar o risco, e com ele a vontade de correr riscos e de fazer opções ousadas, portanto, são elementos-chave da energia que impulsiona o sistema econômico (Bernstein, 1997, p. 3).

E qual é o papel da mídia dentro deste contexto? No linguajar convencional, a era atual da história é geralmente caracterizada como sendo de globalização, revolução tecnológica e democratização (Mcchesney, 2003). Nestas três áreas, a mídia e as comunicações têm um papel central no interior de uma cultura pública que é profundamente influenciada pela nova economia política.

---

<sup>11</sup> Por volta de 1650 o Cavaleiro de Meré desafiou o matemático francês Blaise Pascal a solucionar o problema de como apostar num jogo de azar (o jogo de Balla) interrompido quando um dos jogadores levava considerável vantagem sobre o outro. O desafio havia sido formulado uns 200 anos antes pelo criador das partidas dobradas, o contabilista e matemático italiano Luca Paccioli. Pascal pediu ajuda a Pierre de Fermant, outro matemático francês. A solução deste último jogo de balla interrompido permitiu que pela primeira vez os homens pudessem prever o que ia acontecer no futuro com a ajuda de números como o cálculo de probabilidades (Sandroni, 2005, p. 737).



De acordo com Vaz (1999), a mídia se legitima por ocupar o lugar daquele que na sociedade adverte da existência dos riscos e propõe os meios de contorná-los. Ele cita como exemplo desse fato uma pesquisa que mostra que 40% das chamadas de primeira página em jornais norte-americanos dizem respeito à gestão do cotidiano tendo em vista os hábitos de vida e os riscos que se corre. É principalmente pelos meios de comunicação que o indivíduo se informa sobre os riscos locais, regionais e globais que podem, de alguma forma, lhes atingir.

No campo econômico, a informação é considerada um item essencial na tomada de decisões. Em uma abordagem sobre o jornalismo e ambiente econômico competitivo, Schuch (1997) observa que decidir economicamente é praticar uma ação econômica racional no presente que terá conseqüência, um resultado, no futuro, procurando otimizar uma relação aparentemente simples, mas que na verdade é complexa – a relação custo/benefício. A importância da tomada de decisão está no futuro. Para chegar à decisão os agentes econômicos (indivíduos e empresas) processam informações já conhecidas e procuram informações desconhecidas, das formas mais diversas, a fim de minimizar o risco.

O papel da informação no problema de decisão é, portanto, minimizar o risco econômico de forma a maximizar benefícios econômicos. Assim, dentro de um ambiente econômico competitivo o jornalismo torna-se uma fonte poderosa para informações necessárias à tomada de decisões econômicas. Isso porque as informações jornalísticas possibilitam a formação de estratégias econômicas pelos agentes econômicos. Evidentemente, cabe a cada agente econômico a escolha das formas de uso destas informações. Mas é lícito concluir que o uso do jornalismo proporciona vantagens competitivas num ambiente de negócios (Schuch, 1997).

Bernstein (1997, p. 278) explica que temos a tendência a acreditar que a informação é um ingrediente necessário à tomada racional de decisões e que, quanto mais informações tivermos, melhor conseguiremos lidar com os riscos que enfrentamos.

No sistema econômico, o jornalismo tem, portanto, o papel de servir como ferramenta ao processo decisório dos agentes do mercado.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Em sentido geral, o termo mercado designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias, etc.) e se expressa, sobretudo, na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos. A formação e o desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e, portanto, de certo grau de divisão e especialização do trabalho. Historicamente, isso ocorre nas cidades européias no final da Idade Média (Sandroni, 2005, p. 528-529).

### 3. O papel do risco no jornalismo econômico

Após refletir sobre risco, seus sentidos históricos, seu papel no sistema econômico, voltamos à questão central deste artigo: de que forma a preocupação com o risco movimenta e pauta o jornalismo econômico<sup>13</sup>?

A partir de pesquisas realizadas com diferentes metodologias em edições dos jornais *Folha de S.Paulo* e *o Globo* serão apontados alguns aspectos do papel do risco na construção da notícia de economia. Mas antes é necessário entender quais são as principais características do que chamamos de jornalismo econômico e em quais pontos se diferencia do “jornalismo genérico”.

Podemos dizer que no “jornalismo genérico” o objeto da informação é quase sempre o que foge às regras, uma anomalia, algo excepcional, e não a norma. As notícias nos informam sobre eventos singulares, descontinuidades, e não modelos e processos.

Já no jornalismo econômico, pelo fato de a economia ser muito mais um processo do que uma sucessão de fatos singulares, processos e sistemas são igualmente objetos de interesses, sendo singularizados pela linguagem jornalística, que os noticia como se fossem episódios.

Mas na cobertura de economia, episódios e processos singulares precisam ser interpretados à luz de processos, leis ou relações econômicas, às vezes conflitantes. Essas relações são quase sempre ignoradas pelo senso comum, já que são formuladas em outro nível de saber: o saber das teorias econômicas (Kucinski, 2000).

E quais são e como surgem seus padrões ideológicos? No jornalismo, normalmente, surgem dos modelos ideológicos dominantes em cada momento, que são os padrões das elites dominantes, conforme a tese consagrada de Marx em *A Ideologia Alemã*. Na ideologia do jornalismo econômico, especificamente, influem muito as teorias econômicas dominantes em cada período.

Os padrões ideológicos do jornalismo, oriundos dessas teorias, são moldados em boa parte pelos seis grandes jornais do mundo ocidental e pelas duas ou três revistas de circulação mundial: *New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times* e *The Wall Street Journal*. Entre as revistas estão *Times* e *The Economist* (*ibid.*, p. 184). No jornalismo econômico, *The Economist* ocupa posição-chave, como geradora primária de

---

<sup>13</sup> Esse tipo de cobertura tem uma larga tradição no Brasil e vai se consolidar ao longo do século XX. Os veículos de comunicação voltados para a indústria, o comércio e os negócios de maneira geral surgem em todo o país desde meados do século XIX. Pioneiro neste sentido é o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827, no Rio de Janeiro, e que se mantém até hoje em circulação, apesar de sua baixa difusão e crises frequentes (Sodré, 1999; Barbosa, 2000).

ideologia, papel que assumiu como proposta editorial e por ser a revista transnacional por excelência, que é lida pela comunidade internacional de homens de negócios.

O traço ideológico mais geral e permanente desses padrões tem sido o da defesa da livre empresa na esfera econômica e da democracia liberal na esfera da política. Apesar de proclamarem independência editorial e objetividade, é natural que ocorra com frequência o colapso da objetividade<sup>14</sup> nesses grandes veículos, especialmente durante as guerras e no tratamento das questões internacionais em geral, entre as quais economia.

Kucinski (2000) aponta como principais traços permanentes da ideologia do jornalismo econômico a escolha do capital e seu processo de acumulação – e não do homem – como objeto central de preocupação, o otimismo noticioso e o descaso com questões estruturais. A escolha do capital e não do homem como sujeito de sua história e objeto de suas preocupações decorre da ideologia de livre mercado em suas várias manifestações, desde o marginalismo<sup>15</sup> até o neoliberalismo<sup>16</sup>.

A opção pela escolha da boa notícia, ao contrário do catastrofismo que caracteriza o jornalismo genérico, se justifica pela natureza do processo econômico, mas tem conotações ideológicas. A imprensa econômica abre seus melhores espaços a notícias consideradas positivas sobre o desempenho da economia e reluta em aceitar as adversidades econômicas.

Kucinski (2000, p. 188) diz que no jornalismo econômico os ciclos expansivos sempre ganham uma sobrevida e as crises são em geral subestimadas. Destacar as crises seria

---

<sup>14</sup> A objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. Gaye Tuchman (1993) afirma que a objetividade pode ser vista como um ritual estratégico que serve para proteger os jornalistas dos riscos da sua profissão. Os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objetividade a fim de trabalhar os fatos relativos à realidade social. Eles utilizam procedimentos para a produção da notícia, que são exemplificados como atributos formais das notícias e dos jornais, que são efetivamente estratégias através das quais se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade. Eles podem afirmar que: apresentaram versões diferentes de uma mesma realidade; apresentaram provas suplementares para fundamentar um fato; utilizaram aspas para indicar que o repórter não está dando uma versão dos acontecimentos; apresentaram os fatos mais importantes primeiro (o uso da pirâmide invertida); e separaram cuidadosamente os fatos das opiniões através da utilização do rótulo de notícia de análise. Os jornais deixam claro para o leitor os espaços destinados aos gêneros opinativos – editoriais, artigos, colunas e críticas.

<sup>15</sup> Até a grande depressão nos anos 1930, os economistas diziam que toda economia tendia ao pleno emprego, e só não atingia devido a obstáculos colocados pelos próprios trabalhadores ao funcionamento regular do mercado. O culpado pelo desemprego era a própria vítima do desemprego, o trabalhador. O raciocínio básico subjacente a essa teoria é o de que sempre haverá emprego a um dado salário. Basta que o trabalhador aceite. Se não existissem sindicatos, que tornam os salários rígidos, haveria sempre pleno emprego, exceto o pequeno desemprego friccional (Kucinski, 2000, p. 134-135).

<sup>16</sup> Doutrina político-econômica derivada dos princípios fundamentais do liberalismo. Suas bases foram lançadas em 1938, durante o Colóquio Walter Lippmann, com a pretensão de adotar o modelo liberal às novas condições do capitalismo no século XX. Um de seus princípios básicos é o monetarismo, que defende o controle da inflação mediante a redução das despesas do Estado e da redução salarial. O texto que deu origem a essa doutrina foi *O caminho da servidão* (1944) do economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992). O neoliberalismo defende a menor intervenção protecionista do Estado na economia, embora devam existir intervenções estatais para regular a ordem econômica de livre concorrência, evitando as tendências monopolísticas. Os dois maiores expoentes do neoliberalismo na política foram o ex-presidente norte-americano Ronald Regan e a ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher (Alonso, 2000).

admitir as disfunções do sistema. A propensão ao otimismo exagerado reflete também um *ethos* do empresariado em geral, que aposta nas oportunidades e prefere esquecer depressa as adversidades.

O jornalismo econômico seria, portanto, displicente no trato de problemas estruturais e crônicos, como a fome, o desemprego, a falta de habitação e transporte, as desigualdades mundiais, a desordem monetária internacional, como se isso tudo desafiasse seus fundamentos ideológicos (Kucinski, 2000, p. 188-189).

A difusão generalizada do jornalismo especializado em assuntos de economia na grande imprensa no Brasil está intimamente ligada à reorganização do capitalismo em escala mundial e ao seu desdobramento na economia brasileira a partir da década de 1950. A prática da cobertura dessa área se fortalece no Brasil, principalmente, a partir do final da década de 1960, se identificando com o modelo de desenvolvimento econômico do país (Quintão, 1987).

Como gerador dos discursos sobre o campo econômico, o jornalismo econômico teve um papel importante na campanha neoliberal dos anos 1990 pelo desmonte do Estado social-democrata. Teve e tem uma participação crucial no processo de naturalização da ideologia neoliberal que se fortaleceu, nas últimas décadas do século XX, com o colapso da economia soviética, planificada e estatal. A tese dessa ideologia sacrifica o princípio da solidariedade social sob o argumento de uma suposta eficiência econômica.

Como ideologia dominante, encampada pela cobertura jornalística da área econômica, a tese da globalização legitimou a ocupação de novos espaços pelo capital financeiro mundial, especialmente nos países periféricos, sob o argumento de que se trata de um desenvolvimento natural das forças produtivas – visão compartilhada por diversos autores, como Kucinski (2000), Sodré (2002) e Moraes (2003).

### **3.1 Risco como probabilidade ou perigo: análise da Folha de S. Paulo**

Um estudo realizado em 2002 com o objetivo de entender o papel da mídia na circulação e consolidação da linguagem dos riscos, a partir de análise de edições da *Folha de S. Paulo*<sup>17</sup>, mostrou que o uso da linguagem dos riscos na mídia é recente e diversificado,

---

<sup>17</sup> Fundada em 1921, tornou-se na década de 1980 o jornal mais vendido no país. Em 1984, foi publicado o primeiro Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, implantou o Manual da Redação, editado em livro. É organizado em cadernos temáticos diários e suplementos e tem circulação nacional. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do *ombudsman* e a oferecer conteúdo on-line a seus leitores. Com o título *Folha Dinheiro*, o caderno de economia tem sete páginas de notícias, divididas com espaço publicitário, e três cotações. A opinião, marca registrada da linha editorial da *Folha*, tem lugar de destaque na página

apoiando-se ora na linguagem formal do cálculo de risco, ora no uso metafórico do termo, para falar de desordem na sociedade contemporânea (Spink & Medrado & Mello, 2002).

Foram adotados três procedimentos de pesquisa: 1) mapeamento da diversidade de termos utilizados para falar sobre a possibilidade de ocorrência de eventos concebidos como ocasião para ganho ou perda; 2) análise diacrônica de uma amostra representativa de matérias com a palavra *risco* no título (1921 e 1998); 3) análise do uso da linguagem de risco por área temática (CD-Rom Folha, 1994-1997).<sup>18</sup>

Spink, Medrado & Melo (2002) concluíram que a mídia possibilita mapear os repertórios disponíveis para dar sentido aos riscos no mundo contemporâneo. A produção de sentidos, segundo eles, resulta da confluência de contextos variados: os significados mutantes dos repertórios disponíveis no tempo longo da história, os contextos disciplinares que os localizam no âmbito da linguagem social própria dos diferentes domínios de saber-fazer ou ainda o contexto da notícia na perspectiva da cultura jornalística. Resulta dessa confluência de contextos uma verdadeira cacofonia: risco ora é usado como sinônimo de perigo que se corre, ora é elemento formal do cálculo de possibilidades.

Considerando primeiramente a linguagem dos riscos no *tempo longo da história*, eles verificaram dois movimentos contrastantes. De um lado, risco é usado na perspectiva da responsabilização e culpabilização, num esforço de colocar ordem diante da complexidade crescente da sociedade globalizada. Essa é a perspectiva de gerenciamento dos riscos, que se faz presente nos discursos da saúde, da segurança, da economia e da política.

De outro lado, risco é adrenalina e busca dos desafios intrínsecos às novas modalidades desportivas (e algumas mais antigas, como alpinismo e esportes de velocidade) que emerge em contraposição aos esforços de ordenação dos espaços sociais a que se presta o risco passível de cálculo e gerenciamento. As duas óticas estão numa relação de tensão, mais do que em confronto. Por exemplo, os esportes radicais são também ocasiões propícias para o desenvolvimento de funcionários mais flexíveis e aptos para operar adequadamente no âmbito do mercado globalizado.

---

dois do caderno, com a coluna “Painel S.A.” e um artigo de algum colaborador fixo, além da coluna do jornalista Luís Nassif.

<sup>18</sup> Como *primeira aproximação* da linguagem dos riscos foi feito um levantamento dos termos usados para falar sobre risco. Eles utilizaram para este fim o CD-Rom Folha relativo aos anos de 1994 a 1997. Este arquivo reúne 98,2% dos textos jornalísticos publicados pelo jornal em cada ano. Não inclui os cadernos regionais, anúncios, fascículos, imagens e material gráfico (como tabelas e mapas). O *segundo procedimento* visou a análise diacrônica do emprego da palavra risco, utilizando uma amostra representativa ( $\alpha=0,05$ ) de matérias com a palavra *risco* no título publicadas na Folha de 1921 (ano da fundação do jornal) a 1998. Para o cálculo da amostra foram escolhidos aleatoriamente cinco dias por ano, de 1921 a 1998, perfazendo um total de 400 dias. Os jornais dos dias sorteados foram lidos na íntegra, buscando localizar matérias que tivessem a palavra risco no título. O material foi submetido inicialmente à análise quantitativa buscando entender o uso dos repertórios nas diversas áreas temáticas (economia, saúde, política etc.) numa perspectiva diacrônica. A seguir, foi feita uma análise qualitativa buscando entender o contexto de uso (Spink & Medrado & Mello, 2002).

Considerando o uso da linguagem dos riscos na perspectiva dos *diferentes domínios de saber-fazer*, os pesquisadores observaram diferenças consideráveis na forma em que risco é abordado nas diversas áreas cobertas pelas matérias analisadas. Nos domínios onde a análise dos riscos já conta com longa tradição – a saúde, a economia, a tecnologia – risco é em geral abordado em sua dimensão quantitativa. Fala-se em probabilidade ou chance de ocorrência e analisam-se os fatores de risco. Mas mesmo aí há diferenças no âmbito dos vários domínios. Na saúde, por exemplo, fala-se em probabilidades e chances no que diz respeito à gravidez ou câncer; mas em *problemas* quando se trata de saúde mental.

Na economia, que é o que particularmente nos interessa nesta abordagem, a pesquisa mostra que impera a linguagem quantitativa quando o assunto é investimento, mas, ao abordar as medidas de proteção por parte do governo, volta-se a usar a linguagem do perigo.

Nas demais áreas do jornal, risco é cenário para falar de perigos, de experiências radicais ou para referir-se aos eventos problemáticos do cotidiano. Risco, nessa esfera, é espetáculo: tem funções midiáticas e *marqueteiras*. Ambas as formas dominantes – risco como probabilidade e risco-perigo – estão também presas ao contexto da notícia.

É oportuno lembrar que a estratégia de pesquisa foi focalizar matérias que tinham risco no título. Risco como palavra solta aparece com maior frequência. Os pesquisadores justificaram essa estratégia por considerarem que a palavra no título sinalizava a centralidade que o conceito haveria de ter para a notícia.

### **3.2 O risco como acontecimento**

Levando em conta os resultados acima apontados, realizamos uma outra análise, de cunho exploratório, mais voltada para aspectos qualitativos da cobertura jornalística, em outro veículo de comunicação, para refletir sobre o papel do risco na construção das notícias de economia.

Para isso, fizemos uma análise de edições do jornal *O Globo*<sup>19</sup> do mês de julho de 1994 que tratam do Plano Real, o último pacote econômico do país, em vigor há 11 anos. No total, são 22 edições. Ao contrário da pesquisa sobre a *Folha*, que abordou todo o

---

<sup>19</sup> Lançado em 29 de julho de 1925, o jornal foi a primeira empresa das Organizações Globo. As notícias econômicas ocupam quatro páginas. A manchete é macroeconômica e há preocupação com a economia do Rio de Janeiro. É uma publicação atenta em conquistar leitores com assuntos de interesse do consumidor. Nas segundas-feiras, traz uma página com os títulos “Em defesa do consumidor” ou “Indicadores financeiros”. O espaço de opinião se resume a colunas (como a da jornalista Miriam Leitão).

noticiário desse jornal impresso, nosso enfoque será dado à cobertura jornalística do gênero informativo e à editoria de economia.<sup>20</sup>

O recorte para a presente análise se justifica pelo fato de que uma abordagem sobre um acontecimento importante no país, como o lançamento de um pacote de medidas econômicas, nos forneceria outros aspectos da cobertura jornalística dessa área.<sup>21</sup>

Acontecimento pode ser definido como tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, situa-se, portanto, em algum lugar na escala das probabilidades de ocorrência, e é tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização (Rodrigues, 1993).

E o Plano Real, em vigor há 11 anos no país, sucedeu uma série de pacotes que fracassaram. As primeiras medidas de estabilização da economia que levam ao Plano Real são tomadas em 1993. Em 1º de julho de 1994, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), do governo Itamar Franco, lança esse pacote econômico, que busca obter a estabilização sem usar recursos como o congelamento de preços e salário – medidas de planos anteriores.

As medidas do Plano Real visam a conter gastos públicos, acelerar o processo de privatização das estatais, controlar a demanda por meio da elevação de juros e pressionar os preços pela facilitação das importações. A moeda, que havia mudado de cruzeiro para cruzeiro real em agosto de 1993, muda para real em julho de 1994. O programa prevê continuação da abertura econômica do país e medidas de apoio à modernização das empresas brasileiras. Durante o governo do presidente de FHC, que toma posse em 1995, o Plano Real continua apresentando bons resultados quanto ao combate à inflação (Planos Econômicos, 2004).

Kucinski (2000, p. 129) lembra que o Plano Real foi concebido com o objetivo central de vencer a eleição presidencial, sendo cronometrado para produzir o máximo de efeitos benéficos às vésperas das eleições, incluindo uma espetacular troca de moeda.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> O gênero informativo é aquele na qual a instituição jornalística assume o papel de observadora da realidade, registrando fatos e informando a sociedade. O estudo dos gêneros integra-se ao esforço de compreensão da propriedade discursiva. Age como ponto de partida para descrever e estudar as características da linguagem e permitir avanços na análise das relações que permeiam a totalidade do jornalismo. Ele se articula a partir de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa). Um caminho que percorre a descrição dos fatos e a versão dos fatos – a reprodução do real e a leitura do real (Melo, 1994).

<sup>21</sup> A opção pela amostra de edições com enfoque no Plano Real neste artigo se deu pelo fato de este pacote fazer parte do enquadramento de análise da pesquisa que desenvolvo no doutorado. O enquadramento será composto por acontecimentos marcantes no cenário econômico: os oito planos antiinflacionários de grande alcance, que do início do regime civil, em 1985, até o final o século, mudaram a moeda ou as relações de ordem econômica. Foram eles: Cruzado I (fevereiro/1986), Cruzado II (novembro/1986), Bresser (junho/1987), Verão I (janeiro/1989), Verão II (maio/1989), Collor I (março/1990), Collor II (janeiro/1991), Transição para o Real (agosto/1993) e Real (julho/1994).

<sup>22</sup> O potencial eleitoral dos planos de estabilização já havia sido demonstrado na Bolívia e na Argentina. Em ambos os países, o eleitorado, aliviado de imediato por uma estabilização de preços, mudou radicalmente sua postura eleitoral. O

Na história do país, a cada mudança de plano, a expectativa de mudanças era enorme pela possibilidade de as novas medidas desencadearem uma crise econômica. Por todos esses fatos, a cobertura sobre o Plano Real torna-se instigante de ser analisada dentro da perspectiva proposta.

Ao verificar os sentidos do risco em um acontecimento como o lançamento de um pacote econômico, levou-se em consideração o conjunto de palavras passíveis de serem utilizadas para falar sobre a possibilidade de ocorrência de algum evento, concebido como ocasião para ganhos ou perdas. Nesse glossário, incluem-se as palavras *ameaça*, *chance* e *perda*, *sorte* e *perigo*.

Na análise das edições, verificamos a editoria de economia e os sentidos do risco estão presentes praticamente em todo o noticiário. A título de exemplo de uso da palavra, podemos citar a manchete do jornal do dia 6 de julho de 1994: GOVERNO AMEAÇA TABELAR PREÇOS. Neste sentido, como se lê, risco aparece como ameaça.

Outros exemplos de uso podem ser encontrados com frequência nas matérias que tratam de índices, como o da inflação ou de desempenho da economia do país. Podemos citar a matéria da edição do dia 12 de julho de 1994: PRÉVIA DA FIPE APONTA INFLAÇÃO DE 5% ESTE MÊS.

No dia 15 de julho de 1994, o sentido de risco como possibilidade de aumento de preços no início do Plano Real é encontrado na matéria com o antetítulo GOVERNO ENDURECE DISCURSO E RICUPERO<sup>23</sup> DIZ QUE ALTA DOS JUROS VEM DO ‘COMPORTAMENTO HISTÉRICO DOS EMPRESÁRIOS’ e com o título CONTRA-ATAQUE NA BATALHA DOS PREÇOS.

O risco também move a pauta do jornalismo com relação a boatos. Um exemplo está na edição do dia 18 de julho: BOATO DE QUEBRA DE INSTITUIÇÕES ASSUSTA MERCADO.

Na análise qualitativa das edições de julho de 1994 de *O Globo*, observa-se que o agendamento da cobertura jornalística de economia é elaborado em torno dos sentidos da palavra risco, principalmente da divulgação das possibilidades de riscos com relação a

---

Plano Real inspirou-se no chamado “consenso de Washington”, um projeto de reestruturação econômica dos países latino-americanos, apoiado pelo governo norte-americano, que propõe privatizações aceleradas e utiliza a dolarização e a redução das tarifas de importação como meios de estabilização monetária. Isso foi feito atribuindo a 1 URV um poder de compra diferente todos os dias de manhã. Em seguida, após um período de estímulo ao alinhamento dos preços, foi introduzido o real, de valor igual à URV, e um congelamento dos salários e das tarifas públicas. Esse congelamento e a entrada mais barata de produtos estrangeiros em URV asseguraram um grau de estabilidade nos preços dos bens que não tinham oferta internacional (Kucinski, 2000, p. 129-130).

<sup>23</sup> Rubens Ricupero atuou como ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco.



perdas e ganhos e do que se pode fazer para preveni-lo por parte do mercado, do governo e dos consumidores.

### **Considerações finais**

Partindo do pressuposto que risco é um conceito central na sociedade contemporânea, este artigo teve por objetivo refletir sobre seu papel na construção da notícia de economia. Nesta análise, observamos que seus sentidos predominam na cobertura dessa área. O risco move o sistema capitalista e, em conseqüência, o noticiário sobre os fatos econômicos.

Com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação e aumento da velocidade da informação o jornalismo econômico foi ganhando importância. Ele vai servir cada vez mais à economia virtual porque os fluxos de informação são tão rápidos, abundantes e vigorosos que passado e futuro passaram a ficar comprimidos em percepções sintetizadas no presente.

No mundo de hoje, os mercados financeiros fazem a mediação entre as percepções sobre o futuro, a soma dos diagnósticos e de prognósticos. E a percepção e a prevenção do risco tornam-se cada vez mais importantes numa economia virtual, na tomada de decisões em um terreno marcado por influências e repercussões de fatos com conseqüências globais.

O risco, portanto, está presente e alimenta o noticiário. Uma das características do jornalismo econômico que podem ser observadas – e é uma das mais marcantes – é o constante tratamento como verdade de prognósticos.

A cobertura jornalística do campo econômico é muito mais construída em torno de análises, estimativas, especulações, aproximações e pontos de vistas sobre cenários futuros de fontes especializadas do que por fatos concretos. Com isso, muitas vezes, essa cobertura antecipa situações, constrói cenários futuros como verdades do presente, e, conseqüentemente, provoca mudanças em um mercado onde as operações são cada vez mais virtuais, voláteis, e cujas decisões são fortemente influenciadas pelos discursos sobre os rumos dos setores da economia.

Aliás, sobre a construção de cenários pelas fontes especializadas e suas análises de risco para o campo econômico é importante acrescentar que, em geral, elas o fazem a partir de suas expectativas com relação ao desempenho da economia, quase sempre positivas. Analisar de forma negativa pode fazer com que setores deixem de lucrar, e a possibilidade contínua de se obter lucro é a mola que move o capitalismo e seus discursos. Também ocorrem interpretações de dados sobre desempenho da economia do país a partir de

projeções das fontes especializadas sobre medidas que elas acham que o governo deveria adotar.

Dessa forma, a cobertura jornalística sobre o campo econômico pelos meios de comunicação passa por especulações sobre os riscos das medidas tomadas pela política monetária do governo, por aproximações, estimativas e cenários futuros desenhados por fontes especializadas no campo econômico, o que pode levar a informações equivocadas dependendo da interpretação que se dá ao assunto.

Outro ponto importante que a análise das edições indica na cobertura econômica e que também está relacionado com a interpretação por parte das fontes é o uso das estatísticas na pauta do jornalismo. Kucinski (2000) ressalta que, no debate econômico, abusa-se das falácias, argumentos com premissas aparentemente corretas, mas cujas conclusões são falsas. E a mais freqüente é a falácia estatística.

Quase tudo pode ser provado em economia, manipulando-se estatísticas. Escolhem-se dois pontos convenientes de uma série estatística para provar, por exemplo, que os preços agrícolas sofreram uma perda em seu poder de troca. Poderiam ser escolhidos outros dois pontos, não muito distantes, para se provar exatamente o contrário.

Esses aspectos mostram que na economia o que é verdade para um agente econômico pode ser falso para o conjunto dos agentes econômicos. Frequentemente, jornalistas e economistas formulam leis gerais, e, portanto, relações de causalidade, com base em observações singulares. O que é um risco e um erro metodológico. Observações singulares, como diz Kucinski (*ibid.*, p. 25), não garantem a validade de uma lei geral.

É comum, no debate econômico, o recurso ora sincero ora retórico a teses já refutadas. Para escapar das falsas relações de causalidade, ou da formulação de leis inválidas, Kucinski (*ibid.*) afirma que o jornalista deve evitar generalizações e tomar cuidado com a validade de suas premissas. Na lógica dedutiva, se as premissas forem verdadeiras, a conclusão tem de ser verdadeira. Em economia deve-se preferir a lógica indutiva, que trata da maior ou menor probabilidade de uma conclusão ser verdadeira.

### **Referências Bibliográficas:**

- ALONSO, J. A. M. Dicionário de História do Mundo Contemporâneo. Vitória - Espírito Santo: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). 2000
- BARBOSA, M. Os donos do Rio - imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 2000.
- BECK, U. Risk society: towards a new modernity. London: Sage Publications. 1992
- \_\_\_\_\_. Politics of risk society. In: J. F. (Org.) (Ed.). The politics of risk society. Cambridge: Polity, 1998. Politics of risk society

BERNSTEIN, P. L. Desafio aos deuses: a fascinante história do risco. São Paulo: Editora Campus. 1997.

CHEVITARESE & PEDRO. Risco, poder e tecnologia: as virtualidades de uma subjetividade pós-humana. Seminário Internacional de Inclusão Social e as perspectivas pós-estruturalistas de análise social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

DOUGLAS, M. Risk and blame - essays in cultural theory. London: Routledge. 1992

FOUCAULT, M. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1977

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir - o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, 30ª edição.

GIDDENS, A. Risk society: the context of British politics. In: J. F. (Org.) (Ed.). The politics of risk society. Cambridge: Polity, 1998. Risk society: the context of British politics.

HARDT & NEGRI. Império. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001

HOOD & JONES & PIGEDON & TURNER & GIBSON. Risk management. In: T. R. Society (Ed.). Risk: analysis, perception and management. London: The Royal Society, 1992.

KUCINSKI, B. Jornalismo econômico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000

LUHMANN, N. Risk: a sociological theory. New York: Aldine de Gruyter. 1993. 236 p.

MCCHESENEY, R. W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: D. D. M. (Org.). (Ed.). Por uma outra comunicação - Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2003.

MELO, J. M. D. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Editora Vozes. 1994

PLANOS ECONÔMICOS. **In:** ALMANAQUE ABRIL 2004. São Paulo: Editora Abril, 2004.

QUINTÃO, A.-S. F. O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964. Rio de Janeiro: Editora Agir. 1987

RENN, O. Three decades of risk research: accomplishments and new challenges. Journal of Risk Research, v.1, p.49-71. 1998.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. **In:** N. Traquina (Ed.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1993.

SANDRONI, P. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2005

SCHUCH, H. A. Jornalismo e ambiente econômico competitivo. Intercom - Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Santos. 1997

SODRÉ, N. W. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad. 1999

SPINK & MEDRADO & MELLO. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. Psicologia Reflexiva Crítica. 15: 151-164 p. 2002.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora da modernidade tardia. Caderno de Saúde Pública. 17: 1277-1311 p. 2001.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. **In:** N. Traquina (Ed.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1993, p.74-90.

VAZ, P. Corpo e risco. **In:** N. G. Villaça, F.; Kosovski, E. (Org.). (Ed.). Que corpo é esse? Rio de Janeiro: Novas Perspectivas, 1999.

ZIZEK, S. Bem-vindo ao deserto do real: *Boitempo*. 2004.